



ATA DA 202ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 18/07/2018, sob a presidência do Senhor Chefe do Gabinete da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Dr. Rodrigo Ravena, realizou-se a 202ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte pauta:

PAUTA

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 201ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse dos senhores **José Roberto Haselmann Paulo** e **Tiago de Souza Rodrigues** como Conselheiros **Titular** e **Suplente**, respectivamente, representantes da Câmara Municipal de São Paulo - CMSP.
3. Informes
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Apresentação "Concessão do Parque Ibirapuera" pelo Senhor Rodrigo Ravena – Chefe de Gabinete da SVMA.
2. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Transcrição da 201ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

TRANSCRIÇÃO DA 202ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2018.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - A gente já tem quórum para iniciar a reunião. Bom dia, iniciamos a 202ª reunião plenária ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo. Hoje é dia 18 de julho de 2018, quarta-feira, 9:23h, Edifício Martinelli. Passo a palavra para o coordenador-geral Devair para dar prosseguimento à nossa pauta.



Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Bom dia a todos e a todas. Iniciamos a reunião. Passamos para o primeiro ponto do expediente: discussão e votação da Ata da 201ª reunião plenária ordinária do CADES. Alguma observação, manifestações? Eu coloco em votação. Os Conselheiros que aprovam a Ata da 201ª reunião plenária ordinária do CADES, permaneçam como estão. A Ata da 201ª reunião plenária ordinária do CADES está aprovada por unanimidade. Segundo ponto do expediente: posse dos Senhores José Roberto Haselman Paulo e Tiago de Souza Rodrigues como Conselheiros titulares e suplentes, respectivamente, representantes da Câmara Municipal de São Paulo. A posse está acolhida, considerem-se empossados e sejam muito bem-vindos. Peço uma salva de palmas para os novos Conselheiros, por gentileza, e passo a palavra para manifestações. Senhor Conselheiro, se quiser usar a palavra... Terceiro ponto do expediente: informe sobre a incidência do direito de protocolo e ZEPAM pela Diretora do Departamento e Planejamento Ambiental - DEPLAN: a Rosélia. Eu queria só lembrar: sempre quando for fazer o uso da palavra, eu gostaria que usasse o microfone, falasse o nome de qual entidade representa, para que nós consigamos fazer uma boa transcrição da reunião de hoje. Obrigado.

Cons. Rosélia Ikeda - Bom dia a todos. É verdade, houve uma demanda na reunião passada do CADES sobre a história do direito de protocolo e o impacto que isso teria nas áreas de parques. Nós estamos na verdade só fazendo um informe sobre o trabalho que a gente vai fazer, porque essa apresentação vai ser feita numa outra reunião, por conta de que é um levantamento bastante extenso que tem que ser feito. A gente está aqui mostrando os parques que estão em ZEPAM, porque nem todo parque está em ZEPAM e nem toda ZEPAM é parque. A gente está fazendo só o recorte dos parques que têm ZEPAM e quanto disso poderia sofrer um impacto. A gente está trazendo aqui dois casos que a gente já conhece, mas os outros a gente não conhece, que têm direito de protocolo (*pode passar por favor*). Essa - é difícil de enxergar porque o nosso Município é muito grande -, mas nós fizemos uma sobreposição entre as áreas de ZEPAM, que são as áreas verdes, que estão marcadas em verde, e os parques. A gente está colocando os parques em planejamento e parques em implantação, porque os implantados, a rigor, eles não sofrem mais nenhum impacto. Todas essas manchas um pouco em roxo são os parques, são os desenhos dos parques (*pode passar por favor*). É só uma leitura mais rápida, por cima, por conta de que a gente vai, depois, fazer uma apresentação quando for daqui a dois meses, me parece (*pode passar o próximo slide*). Aqui a gente tentou quantificar - que é esse levantamento que nós começamos a fazer - quantos lotes incidem sobre essas áreas de sobreposição. Esse último número de três mil, seiscentos e sessenta e seis lotes, eles estão inseridos em ZEPAM e em áreas que estão grafadas como parques. E em cima desses três mil, seiscentos e sessenta e seis lotes é que nós vamos fazer a pesquisa. Agora a SMUL vai fazer a pesquisa em quantos desses lotes existem pedidos de construção de edificação, porque eu não sei... os que tenham também



direito de protocolo. Eu não sei se todos estão já a par do que seria direito de protocolo, mas direito de protocolo seriam os munícipes que teriam feito o pedido, a entrada, protocolado um pedido de aprovação de edificação nova antes da mudança da lei. Então ela tem o direito de escolher por qual legislação ela vai querer que o projeto dela seja analisado. A gente vai mostrar alguns casos (*pode passar*). Esse é um parque planejado no M'Boi Mirim projetado em duas fases: fase 1 e fase 2. A gente só está mostrando. Aqui não tem nenhum direito de protocolo, mas querendo mostrar que o limite do parque, que é esse roxo, ele pega áreas que não são de ZEPAM, porque as áreas de ZEPAM são as verdes. Tem ali, por exemplo, uma série de nascentes. Ali, por exemplo, é uma área cheia de lotes já ocupados, até então, são esses lotes que a gente não estaria analisando. A gente estaria analisando só lotes que estariam dentro da ZEPAM (*pode passar por favor*). Esse é um caso também que não é de direito de protocolo, mas que a gente está tendo perda de ZEPAM, porque o Morro Grande é uma antiga pedreira (*pode passar o próximo*) - aqui está sobre a foto aérea - e aqui teve uma desapropriação pelo Metrô. Toda a cava da pedreira ela foi desapropriada pela Companhia do Metrô para fazer um terminal da Linha Laranja (*pode passar*). Agora eu vou mostrar os dois casos que a gente conhece, de áreas de parque e ZEPAM que tiveram projetos analisados com direito de protocolo. Esse é um caso que a área que está verde é uma ZEPAM. Ele é um parque que a gente chama de Parque Cavas de Ouro, na região Norte da cidade, na Prefeitura Regional de Perus. Essa parte que está grafada com essa linha marrom é o lote que tem direito de protocolo e vai ser edificado aí um conjunto de habitação de interesse social. Então a gente teve essa perda. Parte dessa área verde, porque o parcelamento, parte virá incorporar o parque, mas há uma perda substancial de área de ZEPAM. Agora o próximo caso. E esse caso, que é bastante divulgado, que é o Parque Caxingui, que também tem aquela grafada como ZEI 5, onde também tem um empreendimento que foi aprovado com direito de protocolo, porque aquela área era ZEI 5 quando deu a entrada e depois ela passou a ser ZEPAM. Então, teve o direito de protocolo. Aí também são dois casos que a gente conhece. A minha apresentação é só isso. Quem quiser fazer alguma pergunta, estou à disposição.

Cons. Walter Pires – Walter Pires, Secretaria de Cultura. São duas perguntas: o Cavas de Ouro é onde tem também aquela área tombada, antigas áreas de exploração de ouro? Precisamos verificar se não envolve também uma área que é protegida por legislação de tombamento. Acho que é importante verificar isso. E o Caxingui eu percebi também que é perto da Casa do Caxingui - Casa Sertanista, eu acho. Não sei se tem área envoltória... A gente pode também verificar isso. São duas áreas que, eventualmente, podem coincidir com proteção também de tombamento municipal.



Cons. Rosélia Ikeda - No caso do Parque Cavas de Ouro, sim. A área das cavas ela está. O parque englobaria essas áreas, pelo menos uma das cavas, mas eu não sei se é exatamente nesse local. Mas o do Caxingui eu não sei também se está na envoltória. Talvez esteja.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Rosélia, a questão da área das cavas. O projeto na parte de cima e as cavas estão na parte de baixo. Tem uma igreja, tal, está tudo preservado no projeto, em tese. E passou pela análise de tombamento em 2016, mas essa discussão acho que é importante, porque perde uma parte significativa de área de ZEPAM ali.

Cons. Rosélia Ikeda - Se tiver mais alguma pergunta...

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Alguma pergunta de algum Conselheiro? Não? Então, queremos agradecer a Rosélia pela apresentação. Muito obrigado. Vamos passar para o quarto ponto de expediente, que são as sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Alguma inclusão de pauta? Passamos agora para o primeiro ponto da ordem do dia: apresentação da concessão do Parque Ibirapuera pelo Senhor Rodrigo Ravena, Chefe de Gabinete.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Na verdade tem um erro aqui. A gente não vai apresentar a concessão de nada hoje, até porque nós estamos com o edital de licitação suspenso pela Comissão de Licitação, no dia 7 de julho. Eu mesmo suspendi - eu sou o Presidente da Comissão de Licitação -, porque havia alguns questionamentos do Tribunal de Contas. Foi suspenso e na sexta-feira passada a gente foi surpreendido com um questionamento do Governo do Estado quanto à área teoricamente pertencente ao Estado, que é a área do autódromo, onde estaria o ponto principal de arrecadação para o concessionário. Mais ou menos cinco milhões ao ano de faturamento no estacionamento já confirmado, já verificado, que é o que a Prefeitura arrecada. O edital está suspenso, passando por reformulação. Acho que não é o momento de apresentar um edital nem um modelo de concessão que não está em pé mais. Ele mudou, a gente vai ter que mudar toda a matriz de risco. Todos os cálculos de financiamento e matriz de risco serão refeitos. O valor da concessão será revisto, os critérios para a concessão serão revistos, porque muda substancialmente a destinação econômica que pode ser dada para alguns serviços do parque. Mas o que eu gostaria de falar hoje e deixar bem claro é que o modelo de concessão está aprovado por lei, então qualquer alteração no modelo de concessão só por alteração legislativa. O modelo está aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo. Os critérios de concessão estão aprovados por lei, a destinação dos recursos está aprovada por lei. Então, a autonomia do CADES é um tanto quanto limitada para discutir esse modelo de concessão que está dado por lei. A não ser que a gente consiga uma reforma legislativa. Segundo ponto, e que o Prefeito fez questão de destacar na entrevista dele sexta-feira: ninguém está vendendo o parque, ou concedendo área e nem entregando área para ninguém. Nós estamos fazendo uma



concessão de serviços. O que se concede no parque é a exploração de serviços e eu gostaria muito que todos que tivessem interesse em discutir efetivamente os modelos de concessão aprovados pela Prefeitura tivessem a paciência de ler o edital inteiro. O edital tem mais ou menos quinhentas páginas, mais ou menos, fora os anexos e ali está descrito exatamente o que se pretende, o que a Prefeitura pretende com as concessões. E basicamente, na questão dos parques, a gestão e a administração do modelo de concessão é da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Quem controla o concessionário, quem verifica o cumprimento de serviços, quem verifica a utilização do parque é a Secretaria, com instrumentos previstos no edital. E no contrato, que são anexos ao edital, de sanções e possibilidades de suspensão na concessão. Queria tranquilizar a todos que, assim, ninguém tem interesse de vender e entregar nada. Nem o Ibirapuera nem nenhum outro parque, vamos deixar isso bem claro. A ideia nasceu em 2016. Isso eu posso falar com a boca bem cheia, porque fui eu que comecei a discutir isso aí. A Prefeitura tem limites orçamentários, capacidade reduzida de investimento e o modelo é um modelo de desoneração do orçamento. O que se pretende é gastar menos dinheiro público e aumentar serviço. Ninguém quer entregar serviço, ninguém quer privatizar ou tornar privado nenhum espaço público. Ao contrário, se a gente parar para pensar, hoje São Paulo tem cento e sete parques abertos e funcionando. A gente tem críticas quanto ao funcionamento, tem elogios quanto ao funcionamento, mas a gente tem que pensar que para determinadas áreas da cidade - e aí eu não estou pensando no Ibirapuera, eu estou pensando em todos - é o único equipamento de lazer que a população tem. E o modelo de concessão, e o modelo de parceria, se espalhará para os cento e sete. Esse é o desejo do Prefeito. Não exatamente da mesma forma que o Ibirapuera, até porque a forma do Ibirapuera já mudou - o concessionário teria que custear e reformar cinco parques. Com a retirada do autódromo, quatro parques vão para o vinagre, estão fora. O concessionário não vai ser obrigado porque não vai ter recurso para manter. Essa discussão para além da vontade política, para além das individualidades e dos entendimentos individuais, ela é uma questão da cidade, é uma questão de se manter serviços públicos dignos e eficientes. O modelo - vou repetir pela décima quinta vez - não é para entregar nada para ninguém. É concessão de serviços. Existem parques no Brasil inteiro concedidos em modelos semelhantes. Um bem facinho de lembrar, que todo mundo conhece quase, Cataratas do Iguaçu. Zoológico do Rio de Janeiro. Parque - eu não vou lembrar o nome - em Curitiba. A gente tem doze modelos de parque, doze modelos de concessão funcionando no Brasil inteiro. E eu não estou sabendo de ninguém aqui em Curitiba, no Rio de Janeiro, dizendo que o parque foi entregue e que a empresa tomou conta e é só dela e ninguém pode entrar. Ao contrário. O que se busca, e especialmente nesse modelo que a gente está pensando, é efetivamente desonerar o orçamento, a não ser que a gente consiga um movimento de tornar o orçamento da Secretaria grande o suficiente para bancar as despesas de manutenção, vigilância e custeio dos parques -



manejo -, a não ser que o CADES consiga uma revolução na aprovação da Lei Orçamentária, que eu acho meio difícil depois de trinta e nove anos de Câmara Municipal, acho pouco difícil a gente ter força o suficiente para aprovar uma Lei Orçamentária que dê para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente o que ela precisa: aproximadamente trezentos milhões de orçamento, aproximadamente. Para ser fiel e honesto com o levantamento que a gente acabou de fazer, trezentos e vinte e quatro milhões seriam o necessário para tocar os parques existentes o ano que vem. Se a gente olhar para o orçamento que a gente tem hoje, cento e oitenta milhões, a gente tem um buracão. E não adianta cobrar serviço porque não tem dinheiro. Então, a gente precisa pensar no modelo inteligente de fazer o parque funcionar. Vai ser igual o do Ibirapuera? Não sei, a gente precisa esperar e ver se o modelo funciona. A gente tem outro modelo em estudo para os parques que não estão na lei? Eu vou deixar bem claro mais uma vez: a lei aprovada pela Câmara Municipal estabeleceu quinze parques, que são os quinze parques que tem potencial econômico para concessão de serviços. Fora esses quinze parques, a gente sobra oitenta e sete. Sobram oitenta e sete parques que estão fora desse modelo de privatização, estão fora desse modelo de parceria, estão fora desse modelo de concessão. Teoricamente, eles caminhariam agregados desses quinze parques. O modelo ainda não andou, pelo visto a gente vai ter que repensar um pouco esse modelo. Se, a cada edital de concessão, a gente tiver que discutir da forma que a gente está discutindo o Ibirapuera, é melhor a gente partir para um modelo fase dois: cuidar dos oitenta e sete primeiros. Dos que sobraram, eu vou cuidar dos oitenta e sete, vou cuidando e a gente consegue demonstrar que funciona. A gente consegue demonstrar que a gente não pretende ter menos serviço nem mais despesa para o cidadão. Ao contrário, a gente pretende mostrar que a gente com um modelo bem montado e bem gerenciado, a gente consegue ter parques de qualidade entregues para a população. Eu basicamente ia pedir para adiar a reunião, mas não é justo nem é republicano a gente prometer uma coisa e não cumprir. O modelo, o edital, está sendo revisto. A gente tem, segundo o Prefeito, até o final deste mês para reapresentar todas as matrizes de risco. A gente tem trinta dias. Não é a Secretaria do Verde que cuida disso. É a Secretaria de Parcerias e Desestatização. Eles levaram - de maio de 2016 a maio de 2018 - dois anos para montar as matrizes de risco e os modelos de parceria. Eles vão ter trinta dias para remontar. Então, eu acho que a partir da remontagem da estruturação do negócio concessão, a gente volta e reapresenta, porque o modelo já não é mais o mesmo. O modelo vai mudar radicalmente com a exclusão do ponto principal de custeio dos serviços do parque. Alguém tem alguma dúvida, algum questionamento?

Cons. Thobias Furtado - Thobias Furtado, do Parque Ibirapuera Conservação. Primeiramente eu queria agradecer a Secretaria Executiva, ao Presidente do CADES atual, por trazer de volta a pauta como a gente adequadamente deliberou na reunião passada em plenária e por excluir também a parte da Câmara Técnica 2, que como não foi feita a convocação de todos os



Conselheiros para participar da Câmara Técnica que seria discutido hoje, foi postergada aí para a frente. Obrigado. Esse é o caminho correto para a governança. Por mais que se acredite que ainda tem um momento melhor para fazer essa apresentação, eu acho que o quanto antes a gente pautar de uma maneira adequada a concessão no CADES, melhor. Dentro, claro, das incumbências do CADES. Se o Ravena se considera assim - como ele fala - pai da concessão de 2016, foi o contrato 28, acho que assinado em abril de 2016, eu me considero o avô das concessões do Parque Ibirapuera. Eu super defendo que a gente tem que ter gestão privada, sim. Só que a diferença clássica do que eu defendo, como avô lá atrás, e como muitas outras pessoas defendem, é o modelo. Diferente às vezes, talvez por uma figura de linguagem que o Rodrigo colocou, não está decidido em lei que modelo vai ser e sim que pode ser feito. O modelo especificamente, a palavra modelo - se é concessão administrativa, se é parceira, como isso vai acontecer, depende, obviamente, da Prefeitura. Agora todas as bases legais estão prontas. Inclusive teve o decreto novo, dia 13 de junho, que deixa a governança ainda mais clara para isso. Agora, se você for olhar lá naquele contrato lá atrás que o Rodrigo assinou na época e vislumbrando essa entrada de privados - na minha ideia, sem fins lucrativos; de outros um pouco mais aberto -, ele tinha uma coisa muito importante. Era a SP Negócios recebendo um milhão e meio de reais para começar a preparar as coisas para isso acontecer. Esse contrato foi desde o final do governo passado até o começo desse ano, quando eles abriram mão. Numa reunião específica do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera, a Diretora desse contrato, quem tinha posse desse um milhão e meio de reais, ela prometeu - e está gravado - fazer o Plano Diretor do Parque. O Plano Diretor do Parque para a gente nada mais é do que você reunir todas as pessoas, todas as instituições, todos os espaços, todos os donos da cadeira pública, e vislumbrar "poxa, como é que isso daqui vai estar daqui a trinta anos"? Porque essa parte de você saber o que vai acontecer no parque é o que dá mais segurança para o cidadão que, independente do modelo adotado, o parque vai continuar bem gerido. Está na lei que o parque não vai ter cobrança de entrada. Isso já influencia o modelo, mas não está na lei uma série de outras coisas, mesmo sendo parque tombado, que podem ser modificadas. E é justamente para a gente não estar fazendo esse plano adequado - e o PIC, que é a organização que eu represento, defende isso desde 2013, inclusive levantou verba para poder fazer isso, mas ele não pode fazer isso sem fazer de mãos dadas com a Prefeitura... Eu não vou conseguir falar isso em três minutos. Se vocês quiserem que eu pare e passe a palavra, depois eu retorno. Não sei como é que está.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Vamos tentar manter democraticamente a participação. A gente volta. É importante o que você está falando, porque você me lembrou de uma coisa que eu tinha que falar. Esse é um dos debates mais calorosos - um dos; a gente já teve outros. Eu estou vendo o pessoal aqui que a gente já debateu a questão do CECCO, a questão do campus experimental e a questão do Plano Diretor. Eu vou repetir o que eu estou repetindo



exaustivamente. É certo que o modelo de concessão depende do Executivo. Não depende exclusivamente da Secretaria, depende basicamente do gestor no comando e o gestor do comando escolhe o modelo. Não somos nós que escolhemos o modelo. O modelo dado em 2016 era concessão por unidade, por equipamento. Que não é mais o modelo. O modelo, o gestor do Município escolheu que era outro e a gente precisa testar se ele funciona ou não, porque nem em 2013, nem em 2014, nem em 2015, nem em 2016, nem em 2017, nem em 2018 a gente tem qualquer modelo semelhante. A gente tem dois parques concedidos, entre aspas, para a iniciativa privada, que pagam parte do serviço e exploram os parques e a gente tinha um que foi concedido no início de 2017 e que foi devolvido para a Secretaria porque as pessoas esquecem que parque custa caro. Parque custa caro e é equipamento público da população. O modelo tem que ser experimentado. A questão do Plano Diretor, eu vou repetir exaustivamente: quem ganhar a concessão do Parque do Ibirapuera é obrigado a custear - custear, não é fazer, é custear - o Plano Diretor do Parque do Ibirapuera, porque o Plano Diretor do Parque do Ibirapuera vai integrar a matriz de risco para a revisão anual do contrato. Sem o Plano Gestor não tem possibilidade de revisão contratual nem de alteração de preço por parte do concessionário e é todo interesse da gestão - especialmente da Secretaria do Verde - que a gente tenha um Plano Diretor bem definido. Se vocês prestaram atenção hoje, no sábado foi revogado o regulamento do Ibirapuera e hoje a gente já publicou outro. Por quê? Porque não vai ficar sem regulamento da Secretaria, não vai ficar sem participação da população, não vai ficar sem ouvir o usuário, não vai ficar sem ouvir ninguém. O parque é público e continuará público.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, o Conselheiro Marcos Moliterno e depois eu passo a réplica para você.

Cons. Marcos Moliterno - Bom dia a todos. Eu penso que uma vez que virá uma nova proposta, a gente ficar debatendo o que foi, quem foi, quem fez, vai desgastar a troco de nada porque não vai chegar a lugar nenhum enquanto a gente não tiver a nova proposta em mãos. Eu queria aproveitar para fazer uma solicitação prática. Eu não sei se é o Thobias o representante do Parque do Ibirapuera, não sei se é o CADES, mas para quem atravessa aquela continuação da Avenida Brasil vindo do Monumento às Bandeiras, que é aquela obra "empurra que vai" do Victor Brecheret para entrar no Ibirapuera, tem que fazer uma curva contornando o gradil e que tem dois canteiros elevados que eu não entendo porque são elevados. Deve ter tido um momento lá atrás em que as pessoas estacionavam os carros ali em cima e mantiveram elevados. Só que o pedaço de calçada que sobrou para passar, ele é inviável referente ao número de frequentadores do parque. Por ali passa bicicleta, cadeirante, sogra - que nem sempre é bem-vinda, mas também passa -, então, eu vou pedir aos administradores do parque que alarguem aquilo porque no fim de semana é um inferno passar ali. Forma fila. Então, antes que a gente



tenha o Plano Diretor ou que tenha concessão ou que tenha o que quer que seja, vamos abrir aquela passagem, por favor. Obrigado.

Cons. Thobias Furtado - O Ministério Público já notificou o Conselho Gestor da acessibilidade há um ano e pouco atrás, o PIC já se prontificou na própria reunião do Conselho a ajudar financeiramente, sem contrapartida e nada foi para a frente. Mas essa reunião aqui, como é o único ponto de pauta e ninguém mais quis incluir nada, eu acho que a gente deveria pelo menos fixar, escutar todo mundo, eventualmente até a Secretária do Conselho Gestor, que está aí presente, se for o caso... Vai depender de vocês aqui, mas é o único ponto de pauta. Eu queria voltar aqui no que eu estava colocando. O Rodrigo colocou: existem outros parques concedidos para a iniciativa privada. Eu não tenho conhecimento. Eu tenho conhecimento de parques não urbanos concedidos para a iniciativa privada. Parques onde você paga a entrada. Quando você está falando de um parque urbano, ícone no centro da cidade, desculpa, eu quero até entender. Deixa eu terminar. Agora você vai pegar um parquezinho pequenininho onde ele cede o serviço daquele jeito, no canto tal, aí sim. Mas você não está cedendo o controle do parque. Quando eu falo em ceder o controle do parque, você não está cedendo o controle, vai ter o Plano Diretor. Como é que você concede algo para uma empresa sem ter a segurança dessa empresa de que ela vai poder performar e ter o retorno que ela precisa? É muito risco. A concessão, ela está sendo desenhada de uma maneira que diz o seguinte: "olha, você que não tem players". Espera aí, são poucos interessados, são muito poucos interessados. Ele vai lá, compra aquilo. Traz para ela, vou resolver. Aí ele vai ter que fazer o Plano Diretor. Aí a população fala "olha, eu não quero isso, eu quero aquilo". Aí ele vai ter que reformular tudo como é que foi feito. Não funciona assim. Primeiro você pensa, você planeja, depois você concessionaria. Isso todo modelo. Primeiro você planeja. E meu medo é maior ainda, porque eu não sei se vocês anotaram, eu falei isso no último plenário, a Câmara pegou um sanduíche. O Rodrigo sabe o que é o "X-Tudo" lá. Pegou lá o substitutivo de lei e tirou a palavra deliberativo do Conselho Gestor do Parque do Ibirapuera, agora em maio. Que tinha notificado o Prefeito "faça o Plano Diretor antes". Cortaram o poder deliberativo. Isso é tão estranho que agora nem o Conselho Gestor do Parque Ibirapuera, que eu já participei desde 2010 de mais de dez reuniões discutindo o regulamento do Parque, a gente nunca conseguiu publicar um decreto, foi adequadamente consultado sobre esse novo texto publicado hoje. Que tipo de governança para o parque a gente está tendo? Corta-se o deliberativo, passa o Plano Diretor para a frente, não consulta regulamento. Tem risco. Eu acho que se o CADES tem alguma pauta para falar sobre parques, é muito mais nessa parte estratégica e não nos detalhes específicos. O que é que a gente pode fazer? E faz todo o sentido. A hora que você vai pegar o caderno de encargos, e o Prefeito ele fala que, ah, perdemos quatro parques periféricos, balela. Pega o quadro de encargos de cem milhões em três anos, dá para cuidar muito bem dos outros parques. Mas não, está lá que você vai ter que investir no Pavilhão das Culturas Brasileiras e fazer daquilo



um ativo de entretenimento. Muito provavelmente um aquário. É essa prioridade que o município quer para aquele espaço? Por isso a importância de discutir um Plano Diretor antes, de adequadamente pensar o que é que cabe em cada parque. A gente tem a oportunidade - e uma super oportunidade - de transformar os espaços públicos e abertos verdes de São Paulo, que é pegar o ícone de São Paulo, o parque, e fazer dele um modelo replicável. Vocês querem perder esse modelo para fazer uma coisa bem mais ou menos só para ter uma pseudo vitória de conseguir concessionar? E dentro, que nem entra cuidado de lago e que não entra segurança. Não vai um número de segurança, a GCM vai continuar lá. Não vai sair os vinte milhões que custa o Ibirapuera, os dez já pode tirar de uma vez, porque não está dentro do concessionário. Eu li as quinhentas páginas. Eu ajudo a vocês, a quem estiver interessado, a ler. O que a gente está discutindo aqui hoje não é o modelo específico de concessão que o Ravena preside. A gente está discutindo hoje é uma possibilidade de pessoas, comunidades, participarem do cuidado dos espaços públicos verdes e facilitar essa participação. É isso o que o Ibirapuera representa. Vamos olhar para isso, para essa perspectiva, e pensar diante dessa perspectiva em vez de pensar numa perspectiva de simplesmente estou querendo concessão. Eu adoro concessão, eu adoro reduzir governo. Eu sou hiper-liberal, mas tem coisa que é correta, tem coisa que é bobagem e o que a gente está fazendo ali é bobagem e dá para reverter.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Conselheiro José Roberto vai fazer o uso da palavra.

Cons. José Roberto - ... Câmara Municipal de São Paulo. Eu andei pesquisando na internet antes de vir para cá e eu me deparei com uma coisa que me chamou atenção.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Bem perto...

Cons. José Roberto - Está ruim? Melhorou?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Fala de novo o seu nome.

Cons. José Roberto - Roberto, Câmara Municipal de São Paulo. Eu pesquisei antes de vir para cá algumas coisas sobre o Parque Ibirapuera e eu vi, notei, que algumas atividades hoje são tarifadas, como é o caso das trilhas monitoradas e a observação dos pássaros, inclusive que são atividades inerentes à UMAPAZ. Eu gostaria de uma explicação sobre isso.

Cons. Thobias Furtado - Não são, são atividades da minha organização privada.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Thobias, Thobias, não substitui a Presidência da mesa, por favor. Essas atividades não são da Secretaria, são atividades exercidas pela associação que chama Parque Ibirapuera Conservação, que não é o Ibirapuera, é uma entidade privada, sem



fins lucrativos, coordenada, presidida - não sei qual é o termo - pelo Thobias, que faz essa atividade no parque cobrando pela prestação do serviço que ele faz. Mais alguma questão?

Cons. Thobias Furtado - E para te explicar especificamente sobre essas duas caminhadas, elas são gratuitas...

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Thobias...

Cons. Thobias Furtado - Ele perguntou das minhas caminhadas? Não? Está bom.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Você vai fazer isso da palavra? Não? É que alguém tinha levantado a mão e depois saiu. O Senhor Ivo vai fazer uso da palavra? É que o Senhor Ivo levantou a mão e saiu, pensei que o Senhor ia fazer uso da palavra. Vai fazer? Então, microfone. Por favor, citar o nome e entidade que representa, por gentileza.

Cons. Ivo Carlos Valencio - Ivo, Leste 1. Eu me lembro que nós tivemos uma gestão aqui que nós, infelizmente, tirávamos o dinheiro do FEMA para manejo e vigilância. Quebramos o FEMA na marra. Por isso que nós temos que apoiar essas ações para preservar... porque é caro mesmo. E a Secretaria do Verde é a que menos financeiro tem das Secretarias da cidade de São Paulo. Eu sempre questionei isso quando se faz o financeiro na Câmara e eu não sei por que, porque todo mundo usa a nossa Secretaria e abusa, mas o dinheiro para cá não vem. Só tiram. A minha fala é essa, obrigado.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Só para complementar, eu acho que um dos papéis deste Conselho é mostrar para a população e para o Executivo a importância do meio ambiente e fazer entender que a gestão de meio ambiente, de parque, do que seja, ela é transversal à toda a política do Município de todas as outras Secretarias. A gente não quer fazer nada por ninguém. Cada Secretaria tem a sua função específica, mais a atividade do Verde e a atividade de preservação de meio ambiente perpassa toda a política pública. E quando a gente conseguir... Esse tema é um tema importantíssimo para o CADES se envolver, porque a hora que a gente conseguir fazer com que os legisladores enxerguem a importância dessa preservação e a importância de se ter dinheiro para isso, a gente não vai ter mais esse tipo de discussão pontual. A gente passa a discutir programas de manutenção e preservação, de utilização dos parques. Eu acho que isso é um dos temas que a gente relega sempre. A gente vai ter pressão orçamentária de novo, a Secretaria já está consultando os órgãos competentes para garantir que a gente não tenha que fazer pressão sobre o FEMA. É importante esse debate, é uma questão permanente, é uma preocupação permanente e é um ponto de cobrança permanente do Tribunal de Contas inclusive.



Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Senhores Conselheiros, mais alguma manifestação?

Cons. Thobias Furtado - Eu tenho. Compete para mim ao CADES e aí eu também gostaria de escutar mais de vocês, pensar em como é que a gente pode melhorar o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento da cidade. Trazer mais receita, ter mais participação social, cuidar melhor do meio ambiente e eu divido aqui do Rodrigo a angústia de muitos de vocês, do nosso colega - do Ivo - de ter pouco recurso para o meio ambiente, ter pouco recurso para as praças. E eu fico pensando: a gente está aqui com uma câmara, com inúmeras Secretarias, com a sociedade civil, uma câmara bem participativa. Quando você vai visitar a gestão de parques em outras cidades, e eu tive a oportunidade de conversar e passar um bom tempo ali em Nova York. Eles conseguiram transformar a gestão de parques deles. Hoje são usados aí como exemplos mundo afora dentro do Departamento de Parques. Como? Unindo a gestão via concessões, parcerias - desde a parte de esportes, as praças e os parques -, coisas que estão na Secretaria Regional, um pedaço que está na Secretaria de Esporte e um pedaço que está na Secretaria do Verde. O que eles fizeram - era uma equipe bem enxuta - focar em fazer parcerias e parcerias com organizações sem fins lucrativos, na grande maioria, e conceder - mais de quatrocentas concessões para serviços, restaurantes, quinze anos, o que for - de uma maneira sistemática e hoje eles são o Departamento dentro da Prefeitura que mais concede. Eles são usados como exemplo. Vou fazer saneamento, vou fazer... São usados para todos os outros serviços como exemplo de como se faz concessão, essa concessão social. Por quê? Porque eles têm o know-how e eles estão fazendo isso devagarzinho há um tempão. Desde o carrinho de cachorro-quente, que pode variar de seis mil dólares/ano até um milhão, dependendo de onde ele vai ser posicionado, até o restaurante. O que que eu acho aqui que compete ao CADES, no meu entender? A gente é uma câmara representativa, uma câmara que está pensando desenvolvimento sustentável e melhorar... Não cabe a gente dar aquela cutucada e até pensar, criar um comitê - tem um nome no regimento do CADES -, que é isso: criar uma coisa com propósito específico, com princípio, meio e fim para que possa cutucar as outras Secretarias e pensar em unir isso tudo, fazer mais com menos. Você não precisa ter o retrabalho de ter o mesmo tipo de equipe fazendo um mesmo trabalho que é muito parecido para Esporte, para Verde e para cuidado de praças. Tudo poderia estar junto. Nova York depois de trinta anos fazendo (*ininteligível*) as mil e quinhentas praças concessionadas. O governo está logrando, atual, que conseguiu adotar boa parte das praças, mas eu tenho experiência em adoção. Daqui a pouco quem adotou vai dar o tchau-tchau. Como é que você faz isso ser sustentável, como é que você faz isso contínuo? Via sociedade civil organizada. Bienal tem inúmeros apoiadores. É privada, foi concessionada agora no parque, quarenta anos. O MAM é privado. O Auditório Ibirapuera é concessão privada para o Itaú Cultural. Museu Afro? Associação Museu Afro, privado. Só que



quem é o apoiador por trás disso? São vários. Vai buscar lá quem está por trás da Bienal. É uma lista gigante. Vai buscar quem está por trás do MAM? Porque ele é um órgão da sociedade civil que devagarzinho foi criando a legitimidade para aquilo. A gente tem que começar e pensar em como é que a gente faz isso para espaços públicos, verdes e abertos. Dentro da competência do CADES, do que cabe aqui nessa pauta de Parque Ibirapuera, eu traria nessa parte. Poxa, se não tem ninguém na fila, eu estou me estendendo mais dois minutos ou um minuto.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, Patrícia, de SMUL. Por favor.

Cons. Patrícia Sepe - Bom dia. Secretário Ravena. É Chefe de Gabinete, né? Mas é sempre Secretário. Já que a gente não consegue fazer a discussão, porque como você ponderou, a questão da concessão ainda tem a questão do modelo, tal, e muito provavelmente talvez tenha alguns ajustes. Eu queria fazer alguns pequenos comentários, como uma forma de colaborar, assim, dentro do espírito até da minha Secretaria e não só disso. Acho que a equipe da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento sempre trabalhou muito par e passo principalmente com a Secretaria do Verde, mas principalmente com o pessoal do DEPLAN. Acho que a gente precisa resgatar a luta da gente para aprovar a cota ambiental na Lei de Zoneamento e aí o quanto acrescenta essa coisa do critério ambiental, a questão das áreas permeáveis e, fora isso, eu preciso resgatar com muito orgulho até da minha ex-Secretaria, a forma como os técnicos na gestão anterior, na discussão da Lei de Zoneamento, se pautaram muito pela defesa do que podia ou não ter em parques, do ponto de vista até de usos, percentuais de ocupação, a taxa de permeabilidade. Queria pontuar três coisas e uma é até uma pergunta. Em relação à área do Parque Ibirapuera que consta no edital, a gente tem uma grande dificuldade, por incrível que pareça, para definir ainda quais que são os perímetros corretos dos parques, sendo do esforço de vocês, mas, por exemplo, se você pegar o que está na cartografia do Plano Diretor, que é a lei maior do ordenamento territorial da cidade, a área do Parque Ibirapuera não corresponde com a área que está no edital. Aí a gente vai ver, é uma área maior. A gente vai verificar, o Obelisco está considerando. Mas o que eu pergunto, por exemplo, ali é considerado um parque, mas é uma Zona Especial de Proteção Ambiental, então ela tem uma taxa de ocupação máxima de dez por cento. Se você não considera a área do Obelisco, a taxa de ocupação e a taxa que você tem que manter permeável, fica mais difícil de atender. Às vezes ocorre muito esses conflitos: precisa tirar o campo experimental para oferecer para a concessão, tal. Eu queria, assim, que se a gente pudesse ou pelo menos o corpo técnico da Secretaria observasse bem essa questão da taxa de permeabilidade e a área do parque, o que é que vocês consideraram. Acho que isso é importante, até porque na resolução de tombamento fala que não pode mais edificar - vou terminar -, mas a gente tem muitas áreas impermeabilizadas dentro do parque. A gente tem passeios com asfalto, então a gente não poderia dar o exemplo enquanto Município. Se a gente



exige do particular que ele tenha uma taxa de permeabilidade, uma cota ambiental superexigente, porque que a gente não pode também em relação a isso? E aí só para finalizar, resgatando aí a luta heroica do pessoal na época em relação ao que permitir, construir dentro de parque, eu queria saber... Saiu um Decreto no sábado - não sei se inclui, não sei se eu estou assim, lojas de conveniência e lojas de souvenir, pelo que eu entendi, sendo classificadas como equipamentos públicos sociais. Isso procede? Como que foi a lógica? É para facilitar? É só a título de colaboração - de forma alguma, né? -, principalmente observar essa questão da taxa de permeabilidade e os usos permitidos, até pelo histórico de luta da equipe de vocês.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Vamos responder as duas. Primeiro o Thobias. Eu acho que é isso que a gente tem que fazer, tem que debater, tem que debater modelos maiores e não questões individuais. A gente tem a oportunidade para trabalhar modelos para oitenta e sete parques já. O CADES está aberto, é só apresentar, é só pautar e trazer para a reunião e mostrar qual o modelo e a gente debate, discute, está sempre aberto. Acho que quem me conhece um pouquinho sabe que eu sempre gostei de discutir. Às vezes eu fico nervoso, mas passa. Eu acho que é isso, a gente tem que discutir e discutir muito, porque a gente tem muita coisa para fazer em São Paulo. Patrícia, uma das questões mais difíceis... Começou o edital, o debate do edital voltou à baila na Secretaria, porque a Secretaria muito pouco participou da redação do edital. A gente foi consultado em alguns pontos específicos e a gente voltou a debater o edital quando eu voltei para a Secretaria para tratar especificamente do Manequinho, que não é parque, nunca foi parque, nunca será parque. Ele é origem do parque, mas ele é viveiro; então, ele tem que estar fora da concessão. Tirando o Manequinho, a gente entrou num debate infundável sobre a área de permeabilidade, infundável. Por quê? Porque tirando o Manequinho, acabou a permeabilidade do parque sem construir nada, sem agregar uma construção nova. Se reformar o edifício da administração que está destruído, se fizer um toldo, está fora da regra. A discussão toda foi a questão de permeabilidade. Isso é muito presente, a gente está acompanhando de perto para garantir que isso seja mantido. Nessa oportunidade de redebater o edital, e por isso que não quero apresentar nada, porque eu vou adiantar aqui questões que não estão definidas. A gente tem demandas sociais que foram levadas para debate de novo. Tem um monte de gente olhando para mim que pediu coisas aqui e que essas demandas foram levadas nesse momento de volta para o debate, já que nós estamos revendo o modelo. O modelo não, nós estamos revendo a estruturação da concessão. Tudo isso está sendo discutido. A gente tem que tentar fazer ajustes e eu acho que, assim, uma coisa que eu insisto e vou insistir de novo. A gente não pode esquecer, não pode esquecer, que qualquer intervenção que o concessionário venha a fazer no parque terá que ser aprovado pela Secretaria. O CADES é órgão da Secretaria? É. Se o concessionário resolver que vai impermeabilizar um pedaço, o Conselho vai deixar? Eu tenho que perguntar aqui. Eu não decido sozinho essas matérias. A Secretaria não decide sozinha. Vem



para cá. Se a proposta de, se a gente conseguir um concessionário que vá trabalhar decentemente e fale "eu não quero esse monte de asfalto no Ibirapuera", a gente tem que trazer para cá? Tem. A gente pode aprovar? Pode, mas a gente tem que pensar um modelo em que a gente possa ter um debate com quem vai receber a concessão. Não é prévio, porque senão não é concessão. Eu não faço uma licitação e digo "eu quero isso". Existem vários modelos de concessão e várias empresas que trabalham de forma diferente, várias. Deve ter aí meia dúzia, oito, nove no Brasil. Os usos - é também uma coisa que eu tenho repetido para várias pessoas - nenhuma concessão que a Prefeitura fez foi cancelada, nenhuma. Nem será. Para órgãos da própria Prefeitura? Não. A gente alterou o decreto ou a lei que.... mudou o Plano Diretor dizendo o que cabe em parque ou não? Não. Dentro do parque, o que eu posso fazer dentro do parque, o que eu posso construir dentro do parque? Não, não mudou e não vou mudar. É isso que vocês precisam ter em mente. A gente tem uma estrutura legal permanente que não está sendo alterada pela concessão; e ela não será alterada pela concessão. E a gente tem que ter em mente também que a gestão deste contrato de concessão e as autorizações são da Secretaria. Se são da Secretaria passarão necessariamente pelo CADES e a gente não tem intenção nenhuma de abrir mão das conquistas, que foram difíceis, batalhas longas, batalhas pesadas para garantir minimamente estruturas sociais de proteção de meio ambiente e de serviços nos parques. A gente precisa passar a pensar que os parques todos... E eu vou usar o exemplo mais comum: a Secretaria chama Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. É a única no Brasil que tem esse nome, e a gente olha muito para o verde. Ele é importante? Importantíssimo, mas a gente tem que olhar para a função social do parque, tem que olhar para a função econômica do parque, tem que olhar para função de saúde pública do parque, tem que olhar para a função educacional do parque. A gente tem que olhar para tudo isso e também para o verde. É esse movimento que eu estou propondo que a gente faça e é esse movimento que a gente vai cobrar de todo e qualquer concessionário. O modelo de gestão e as diretrizes de política pública são do governo, não são do concessionário. E elas estão dadas, elas não foram revogadas. E nem serão. Para revogar a gente vai ter que pedir. Eu não vou. Eu acho que o Conselho também não.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Fez uso da palavra o Senhor Rodrigo Ravena. Fará uso da palavra a Senhora Cristina, da UGT.

Cons. Cristina Palmieri - Obrigada. Bom dia a todas e a todos. Eu gostaria de fazer uma colocação aqui. Como foi colocado, nós temos que ter uma visão macro - o papel da Secretaria. Não só para dentro da Secretaria como para todas as demais gestões que fazem parte, que são as outras Secretarias, que são os outros organismos de políticas públicas da Prefeitura. Com relação a isso - pontuando -, nós temos a segunda questão: todos nós aqui estamos juntos com o mesmo objetivo. Que cidade queremos? Como fazer essa gestão? Como podemos trazer toda



essa proposta? Propostas que cada um, onde mora ou trabalha ou vive ou tem o lazer, pensa em melhorar. Eu não vejo outra coisa a não ser isso. Bom, eu faço parte de vários movimentos, junto a várias pessoas, com várias instituições. Uma delas eu vejo bastante gente aqui, como a Agenda 2030, da Vila Mariana, fazendo parte disso. Eu sou também do movimento, a UGT ancora um movimento estadual ODS São Paulo. Estamos também na Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O que que é isso? Recentemente - acredito que vocês conheçam essa agenda - o TCU, junto com o programa das Nações Unidas, firmaram um memorando de entendimento. Para quê? Para políticas públicas. Então, nós estamos falando das questões macros aqui, faz parte todas as outras demais questões que são lincadas. Se eu, como trabalho com sustentabilidade, penso que aquilo que eu posso fazer, eu tenho autonomia, eu mudo, transformo, tenho consciência, então, dali eu parto para as demais. É uma rede. Nós estamos falando da rede. Se vocês me permitem aqui, para vocês conhecerem aqui o Observatório: "o Tribunal de Contas, como órgão de controle externo e ferramenta indispensável para o exercício da cidadania, neste momento se junta com o esforço global pelo bem comum, aperfeiçoando a busca pela efetividade de políticas públicas e incentivando o desenvolvimento sustentável nas cidades e no Estado". É o que a gente está falando. Perfeito? Então com isso ele tem a missão de garantir o uso adequado e transparente dos recursos originários dos impostos, então nós estamos falando aqui dessa soma de tarefa de estimulação de ações. Para quê? Para investimentos governamentais alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que é tudo o que a gente faz. Só que de que forma que a gente faz? Precisa ter um diálogo mais participativo para a gente poder alinhar essas questões e abrir espaço com esse objetivo. Que aqui a gente tem representação de vários setores, várias regiões da cidade de São Paulo, que como cidade, tem o número de pessoas que aqui habitam ou passam é igual ao número da população de alguns Estados ou maior. Nós estamos falando numa cidade diferenciada, diferenciada na América Latina e com uma perspectiva de que ela também seja uma cidade referência. Então, se a gente quer melhorar, nós temos que implementar durante todo o tempo; nós temos que renovar, reinventar. Eu penso que com o Observatório - finalizando - de a gente participar e auxiliar em todas essas políticas públicas. Todos nós que somos de cada região aqui que estamos participando, então o processo é longo. A pauta, nós precisamos rever também como o gestor público hoje em dia está trabalhando. Hoje termina o Painel de Alto Nível, lá nos Estados Unidos, lá em Nova York, que fala dos objetivos e das metas e o Brasil está apresentando lá. O ODS 11, que é cidades, comunidades e territórios sustentáveis, são para isso, falando de como nós vamos trabalhar daqui para a frente, como a gente vai se reinventar, como a gente vai tocar, que cidade queremos? Então, a proposta minha é que a gente conheça mais essa parte, quais são os nossos programas, o que é que a gente está fazendo, já que a gente está falando nas questões macros, e porque é lazer. Quando você fala em cidade sustentável, é cidade inteligente, é uma



cidade verde, é uma cidade inclusiva e uma cidade solidária. Então, desenvolvimento sustentável é isso tudo, e a gente precisa da academia junto para poder trabalhar, porque sem educação ninguém faz nada e os profissionais para isso. Então, você vê cada um que trabalha aqui - só finalizando; eu sei que eu já extrapolei o tempo, mas, se me permitem - discutir as questões que a Secretaria do Verde, como você estão falando, tem essa competência de trabalhar e como é que a gente pode abrir espaços para essas câmaras para a gente poder discutir pontualmente, porque não dá para você falar no macro se você não discute a parte pontual.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Deixa eu só... Só para pontuar, todas as metas da gestão do Município são baseadas nos ODS. Cada Secretaria montou um plano de administração e gestão com base nos ODS específicos e, aproveitando essa oportunidade, aproveitando a oportunidade de fazer e estar fazendo a reestruturação da Secretaria, montando uma coisa mais uniforme, por produto, dando mais linearidade e transparência para a atividade da Secretaria, a gente ao mesmo tempo está buscando portarias e parcerias intersecretariais para cuidar e olhar para a implementação dos ODS na cidade de São Paulo. Eu acho que uma proposta para a gente começar - e acho que esse debate é importantíssimo para ver o que está acontecendo - é a gente tenta entrar em contato com algumas Secretarias que já tenham o modelo e a replicagem da ação com o ODS específico montado como objetivo, trazer aqui para a Secretaria explicar o que está fazendo especificamente e qual que é a nossa participação na atividade deles. Eu tive a oportunidade de ver a da Secretaria da Educação e está muito bonito, muito bem feito, muito bem montado. O referenciamento de ODS é perfeito e já estão pedindo a parceria com a gente para a implementação de algumas das atividades que eles não conseguem fazer sozinhos. Então, nosso papel é esse. Acho que é uma pauta interessante.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Conselheiro Thobias e logo após, Marcos Moliterno.

Cons. Thobias Furtado - Primeiramente, eu só queria fazer um ajuste aqui na fala do Rodrigo. Não essa, mas a anterior, quando ele falava que as coisas do Ibirapuera, por exemplo, a impermeabilização ou uma mudança na impermeabilização eventualmente seria discutida aqui no CADES. Não vai ser discutida no CADES. Quase a concessão não é discutida no CADES, óbvio que a impermeabilização do parque não vai ser discutida no CADES. Nem é para ser discutida no CADES. A gente está aqui abrindo espaço para discutir o modelo e mesmo assim é difícil... Se a impermeabilização tem que ser discutida em algum lugar, é no Conselho Gestor do Parque Ibirapuera. São trinta e dois membros, com inúmeros Conselheiros de inúmeras Secretarias, com a sociedade civil. É o fórum adequado para isso. Obviamente, com a participação muito presente da Secretaria. Agora, eu concordo. A gente tem aqui no CADES uma competência e uma oportunidade de discutir o cuidado dos espaços públicos. Eu acho que é isso que a gente tinha



que focar aqui. Logo no artigo 35 do Regimento Interno do CADES, ele cria um espaço para a gente criar uma Comissão Especial. O que é uma Comissão Especial? Uma Comissão Especial não é uma Câmara Técnica *ad infinitum*. Uma Comissão Especial é uma coisa ou temática, com propósito específico, que tem duração princípio, meio e fim e tem a incumbência de entregar alguma coisa, porque a gente sabe que o discurso aqui e o debate em plenário é muito limitado. O que que eu proponho? Que pela maioria - e qualquer Conselheiro titular pode propor isso, segundo o Regimento - se pela maioria do plenário tiver interesse, vamos criar uma Comissão Especial especificamente para parcerias e cuidados de áreas públicas verdes recreativas e abertas, com a clara incumbência de ir atrás das outras Secretarias, dos outros espaços municipais e pensar como é que a gente pode propor alguma coisa que possa fazer mais com menos. Se o problema é orçamento, está aí uma proposta: criar essa comitativa e nessa Comissão Especial, cabe no Regimento inclusive convidar outros técnicos específicos que vão debater isso. E o que que é essencial na Comissão Especial? Prazo finito. O que é que eu sugiro? Dois meses. Setembro volta essa Comissão Especial, depois de ter trocado uma figurinha ou outra, marcado aí uma meia dúzia de reuniões nas Secretarias e volta para o CADES com uma coisa mastigada e entregue. É uma oportunidade de a gente ter um trabalho nessa linha de cuidados coeso. Isso está nas nossas mãos.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Thobias, eu vou pedir... Não acho ruim a ideia, acho boa até, mas pedir que apresente a proposta estruturada, qual seria a função específica, por um motivo simples. Essa Comissão se sobrepõe a uma atividade essencial que a Secretaria já está desenvolvendo por conta do previsto no Plano Diretor, que é a estruturação do SAPAVEL, que é exatamente a regulamentação intersecretarial de parques, áreas verdes, áreas livres, espaços livres. A gente já está fazendo isso. Então, a gente está em fase de elaboração. Não dá para apresentar nada ainda, a gente tem até o final do ano para ter uma estrutura mais ou menos palpável para trazer para cá. Não adianta a gente ficar criando Câmara técnica que vai se sobrepor ao que a gente já está fazendo. Conselho, Comissão, o nome que quiser. Eu peço que você apresente a proposta formalmente, o que seria essa Comissão, não genericamente. Apresenta uma proposta específica, eu acho que não tem problema nenhum. Vamos delimitar o trabalho dessa Comissão. É importante? É. Apresenta uma proposta específica do que a Comissão fará e eu acho que a gente é capaz de aprovar isso facilmente porque é importante que a gente tenha esse debate.

Cons. Thobias Furtado - Eu vou formalizar essa apresentação em meia hora aqui pelo microfone.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Não, não por escrito.

Cons. Thobias Furtado - O Regimento permite a apresentação. Se o plenário...



Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Thobias, Thobias. Eu sei que o Regimento permite, eu estou querendo que você não se sobreponha. Eu preciso olhar para esta proposta, eu preciso olhar para esta proposta e ver se ela não se sobrepõe ao que a Secretaria já está fazendo. Pelo amor de Deus! É difícil de entender?

Cons. Thobias Furtado - É difícil de entender que eu vou propor aqui um parágrafo e você pode, com todo o clamor de qualquer Conselheiro...

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Thobias...

Cons. Thobias Furtado - Você pode adendar a proposta para que ela possa ser a melhor possível.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Thobias, isso aqui está virando um enfrentamento de novo. Não é essa a questão. Eu estou pedindo um favor. Eu estou dizendo por quê. Você não quer? Tá bom, então não põe em votação e pronto.

Cons. Thobias Furtado - Você tem que por em votação, está no Regimento. O plenário pode negar, mas é obrigação do Presidente por em votação. Se você quebrar isso, você está quebrando o regimento. Claro, se você quiser eu leio aqui no regimento.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, Marcos Moliterno.

Cons. Marcos Moliterno - Eu quero passar a palavra para o meu suplente, o Lúcio Fleury, que tem um questionamento com o devido respeito. É rapidinho. É que ele é suplente, é diferente.

Cons. Lúcio Fleury - Sou Lúcio Fleury, eu represento o IAB, o Instituto dos Arquitetos do Brasil aqui junto do Instituto de Engenharia, com o Marcos. Como a gente tem uma cadeira efetiva aqui no Conselho, eventualmente a gente consegue a palavra. É só uma pergunta. Espero que eu possa colaborar de alguma forma para a nossa plenária. É só para ter um entendimento quanto à deliberação do CADES para a questão do desenvolvimento da concessão e tem haver um pouco com a pergunta da Patrícia anterior sobre o decreto recente sobre... está em aberto a possibilidade de se propor novos usos para o parque durante a concessão, como, por exemplo, lojas de souvenir, comércio. Nada contra, mas, assim, se a gente, em algum momento achar inadequado qualquer um desses usos propostos, o CADES como é que ele trataria esse assunto?

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Vou responder. Eu esqueci de responder isso. Na verdade, quando se fala... A concessão e a utilização é do que é existente, por isso a questão de debate, especificamente do Ibirapuera, de permeabilidade. Não tem espaço para construir nada novo, é para ocupar o que já tem. Precisa ficar bem claro isso. Não tem espaço para construção de nada no Ibirapuera. Hoje, se a gente construir um pilar no Ibirapuera, acabou a área permeável. A



gente sai da lei. É para usar o espaço que existe. Qual que é a ideia de permitir que tenha a loja de souvenir no parque? Eu posso vender alguma coisa dentro do parque hoje? Não, só camelô. Eu não posso vender nada dentro de parque nenhum. Eu não tenho atividade econômica dentro do parque, que é um furo no modelo atual. Esta permissão é olhando para o que já existe. Se você olhar para qualquer parque que tenha ponto de interesse turístico, tem uma lojinha, tem um restaurante... É para usar o espaço que tem e eu olho para um especificamente: o Planetário do Ibirapuera. Ponto de referência, milhares de pessoas visitam. Quantas pessoas não sairiam dali não comprariam um bonequinho, uma estrelinha... É para isso, é só para isso, não é para permitir que o cara monte barraquinha no meio do gramado do Ibirapuera, porque não pode. Eu esqueci de responder especificamente. Não pode. É a cessão dos serviços e do que está feito, do que está lá. Se a gente tivesse deixado o Manequinho dentro da concessão, a gente teria possibilidade de construção nova. O Manequinho está fora. Acho que eu respondi. Eu acho que se a gente tiver que discutir - e o ponto é o seguinte, eu vou repetir: a gestão continua da Secretaria. O CADES é Secretaria. Qualquer proposta que vier de alteração de uso, ocupação e área permeável terá que ser aprovado pelos órgãos técnicos da Secretaria e terá que passar por aqui, a despeito de algumas pessoas entenderem que não, mas sim, porque a validação do CADES é importante para a Secretaria. Acho que vocês percebem e têm a real noção do que significa o CADES para a Administração que ocupa hoje a Secretaria. A gente nunca deixou de vir. Se não está um, está outro e os três estão aqui permanentemente e eu saio daqui e reporto tudo o que aconteceu e vice-versa. É importante isso, é importante ficar claro que a gestão e a autorização das intervenções, em qualquer parque, passa pela Secretaria.

Cons. Thobias Furtado - Thobias. Para quem participou do último plenário, viu o Eduardo Castro, Secretário, após a apresentação de uma reunião especificamente sobre transporte, criar e propor, ainda que não, na pauta, porque é super plausível, a criação de uma Comissão Especial dedicada ao transporte e aprovada pelo plenário. O que eu estou aproveitando é para, diante de uma conversa especificamente sobre concessão e uso de espaços públicos, propor para vocês, plenário, e aí depende do plenário, uma comissão similar para - eu vou ler o texto aqui - auxiliar e acompanhar o trabalho que o Rodrigo comentou que já inclusive começou a ser feito, mas a Comissão então criada. E o texto, formalmente, então é o PIC, membro titular do CADES, apresenta formalmente ao plenário dentro do artigo 35 do Regimento Interno, a solicitação de criação de uma Comissão Especial intitulada Parcerias e Cuidado de Áreas Públicas Verdes Recreativas e Abertas para participar do processo de regimentação e colaboração em conjunto ao Município, em especial a Secretaria Municipal de Esporte, Secretaria Verde e Meio Ambiente e Secretaria de Prefeituras Regionais para fomentar e buscar sinergias, economia e a melhora de serviços para o cidadão e com uma data para apresentar alguma coisa a esse plenário eu sugiro a reunião de setembro agora.



Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Thobias, estou de acordo. Só vou acrescentar uma coisa. A Comissão não tem problema nenhum ela existir. Deixar isso claro. Eu só preciso que essa Comissão funcione par e passo e ao mesmo tempo que a gente está trabalhando. Eu preciso estar estruturado definitivamente - e não estou ainda -, eu estou no começo desse trabalho. Nós estamos trabalhando o SAPAVEL há seis meses. O prazo de conclusão desse estudo é para o final do ano que vem. Então, a gente está montando essa estrutura. Se a gente não tiver a pressa tão grande de ser em setembro, a gente cria a Comissão Especial de acompanhamento. A gente quer que essa Comissão acompanhe o trabalho que a gente está fazendo e o que a gente fizer subsidia essa Comissão e ela passa a funcionar a partir do momento que o meu Grupo de Trabalho interno da Secretaria tenha condição de trocar informação. É isso o que eu não quero: que a Comissão do CADES atrepele a função que é precípua da Secretaria, dos técnicos da Secretaria. Isso eu vou defender até o fim. Quem tem que começar esse trabalho são os técnicos da Secretaria, que vão dar elementos para você levar para os outros. Se você hoje for conversar em Prefeitura Regional sobre parque, área verde, área livre, não vai conseguir nada, porque a gente não tem uma regulamentação, uma estruturação, uma definição do que é cada coisa e nós temos que dar. E nós estamos montando isso. Se der para a gente criar a Comissão e essa Comissão funcionar a partir do momento em que a gente esteja estruturada; mais dois, três meses para a gente estar estruturado com elementos para vocês levarem para essa discussão com Esporte, com Prefeituras Regionais, parceiros, e players externos. Acho que está tudo bem, não tenho objeção. Ao contrário, acho que isso ajuda.

Cons. Thobias Furtado - Perfeito. Agora eu acho que a gente tem um começo aqui de discurso. De maneira alguma que o CADES e nenhum Conselheiro do CADES tem a predisposição de querer fazer um trabalho técnico que é detalhado, que exige uma dedicação que os técnicos da própria Secretaria e do Município faz. O que o CADES tenta buscar dentro da sua alçada e do seu princípio é muito mais subsidiar e entender as dificuldades e tentar trazer. Com a criação de uma Comissão dessa agora, o que que a gente consegue? A gente começa a criar um momento para inclusive trazer forças que eventualmente o Município possa precisar. Ninguém - eu tenho certeza aqui - quer atrapalhar, só contribuir. E vou ser até um pouco mais. São poucos aqui - e a gente obviamente nessa Comissão pode cobrar - que vão ter a disposição para fazer tantos encontros. O trabalho ele vai continuar e sempre vai ser feito pela própria Prefeitura, mas vamos caminhar junto.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Thobias, eu estou de acordo. Não tenho problema nenhum. É só essa ressalva. A ressalva é porque a gente precisa estar estruturado para municiar de elementos técnicos a própria Comissão, que vai fazer o trabalho que vai ser o braço da Secretaria para abrir o serviço que a gente está fazendo. Nada contra, essa é a função, está tudo



certo, não tenho nada contra. A gente pode até por em votação e depois resolve os trâmites legais para a composição da Comissão. Eu coloco em votação para os Conselheiros a criação dessa Comissão Especial, conforme proposto. Quem estiver de acordo, permaneça como está. Está aprovado. A gente regulamenta e compõe essa Comissão posteriormente e ela começa os trabalhos, espero, em dois ou três meses, assim que a gente tenha ou passe para a Comissão os elementos técnicos necessários que a gente está levantando. Outubro. **(sobreposição de vozes)**

Cons. Thobias Furtado - Essa passa...

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Outubro. Thobias, não vai sair correndo em nenhuma Secretaria agora, que você vai tomar portada na cara.

Cons. Thobias Furtado - Não tenho dúvida nenhuma.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Deixa eu te dar o elemento para você correr com fundamento? É isso o que eu quero.

Cons. Thobias Furtado - Primeiro de outubro? Primeira reunião.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Quinze de outubro, pronto. (vozes ao fundo). Thobias, por favor.

Cons. Thobias Furtado - Tô de acordo, tô de acordo.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - De verdade, de verdade. Eu tenho algumas paixões. Uma delas passou a ser a Secretaria do Verde e especialmente os planos especiais do PDE. O primeiro foi o PMMA, que ficou show. Esse vai ficar melhor. Então, tenho um carinho desgraçado por isso aí, tenho mesmo; e estou fazendo todo o possível para dar estrutura para a Secretaria tocar isso da melhor forma possível. A participação do CADES, deste Conselho, vai ajudar? Vai, mas tem que ser no momento certo, porque se a gente começar a bater no lugar errado, na hora errada, atrapalha o meu serviço, porque eu dependo de outras Secretarias para obter os dados técnicos também. Se eu solto o CADES para cima das Secretarias sem a gente ter a conversa prévia, que já está acontecendo, já tenho Portaria com SMUL, já tem Portaria para desenvolver este serviço. Já tem grupos de trabalho juntando elementos para começar o serviço. É só isso. Não é para esconder nada de ninguém, até porque isso vai ser publicado, vai trazer para cá porque isso tem que ser divulgado. Isso é um instrumento essencial de preservação do meio ambiente na cidade. Para além das parcerias, isso é um instrumento essencial para a preservação do verde e do meio ambiente na cidade.



Cons. Thobias Furtado - Perfeito, estamos de acordo, então. Quinze de outubro. Eu só peço para o Devair passar a lista de quem é que eventualmente esteja interessado em fazer parte dessa Comissão, seguindo o processo normal.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nós vamos mandar, então, pelo modelo formal de sempre. Nós fazemos para as pessoas que estejam interessadas em fazer participar dessa Comissão. Acredito que já se esvaziou esse assunto. Senhores Conselheiros? Decidido? Então vamos passar aqui. Senhor Presidente, gostaria de citar a presença do CECCO Ibirapuera, CADES Vila Mariana, Senhor Adriano Diogo, Deputado, Jornal El País, SINDSEP de São Paulo, Agenda 2030 - Vila Mariana - camisa bonita, não é, isso vale ressaltar -, Associação Morro do Querosene e servidores da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo. Encerradas as manifestações... Perdão, Conselho Gestor do Parque Ibirapuera. Fica registrado.

Cons. Thobias Furtado - Que deveria ter tido voz hoje aqui, eu acho. Convidado junto com o Ravena.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - O segundo ponto de ordem do dia. Alguém quer falar? Você quer falar, Ivo? Senhor Conselheiro Ivo, por gentileza, uso da palavra.

Cons. Ivo Carlos Valencio - Ivo, Leste 1. Me preocupa; me preocupa essa temperatura que está um pouco estranha aqui no Conselho, no nosso Conselho. Eu penso como é que podemos, criar Comissões se não temos perna para atender as demandas que nós nos propomos? A gente tem que ser realista. Não adianta formar nada que não tenha público-alvo. Vou fazer uma audiência pública, não vai ninguém, não temos audiência. Nós temos que ter consciência de maneira fria, lógica, de como realizar as coisas de maneira amenizada. A proposta do nosso Coordenador sugere o quê? Avançar mais. É uma questão de mediação entre as Secretarias para um trabalho. Como é que eu posso intervir nisso? Pergunto. Que responsabilidade que eu tenho de me envolver numa questão que está bem acima do meu entender? Eu tenho que ter o esqueleto pronto para começar a compreender e entrar na discussão. Essa é a minha visão. Obrigado.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Rodrigo. É exatamente essa a ponderação: trazer para quem vai ajudar a fazer o serviço aquilo que a Secretaria produziu e que pode dar elementos para que o discurso pare em pé e tenha sustentação e que possa ter uma base e não seja simplesmente olhado como mais uma cobrança. A gente precisa mudar esse conceito e aí não é só no CADES, é em toda a atividade de apoio de meio ambiente. A gente não pode ser só cobrador, a gente tem que dar elementos necessários e suficientes para que o Poder Público entenda o que nós estamos fazendo. E aqui em não estou falando como Secretaria, estou falando como membro do CADES. Menos cobrança e mais efetividade na propositura. É isso aí que eu estava pretendendo.



Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Segundo ponto da ordem do dia: sugestões para a pauta da próxima reunião e assuntos gerais. Algum Conselheiro quer propor algum ponto de pauta?

Cons. Thobias Furtado - A pauta da plenária que vem segue a discutida na reunião anterior? Só não deixa de fazer os adendos.

Cons. Cristina Palmieri - A minha proposta é trazer para cá os ODS, a questão das cidades sustentáveis, o que nós temos de programa, o que a Secretaria do Verde tem alinhado com essa proposta. O que que a gente pode fazer. E alinhada com as outras Secretarias também, porque eu entendo que tem que ser propostas interligadas.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Dando encaminhamento para o término da reunião, passo a palavra ao Presidente.... Desculpa.

Cons. Ivo Carlos Valencio - Eu queria uma sugestão. Ivo, Leste 1. Eu sou do Conselho de Supervisão de Saúde do Hospital, de UVS, que é a gente chama Vigilância de Saúde, e me chama a atenção que até nós, conversando com a nossa supervisora, eu falei "caramba". Nós temos um grupo de biólogos que fazem um trabalho ambiental na Vigilância de Saúde. Nós tivemos no ano passado a primeira Conferência de Vigilância de Saúde. Então, eu pergunto: de forma específica, gostaria de ter um ator de vigilância aqui para comentar as questões da cidade, porque quando nós falamos meio ambiente envolve tudo. A saúde vem depois do meio ambiente porque se nós temos um ambiente sustentável, a doença chega menos perto. É uma consideração que eu que se olhasse com atenção, por favor. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Anotado. Com a palavra, o Senhor Rodrigo Ravena, Presidente da mesa.

Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete) - Acho que vamos dar por encerrada essa reunião por hoje. Produtiva. Eu acho que, independentemente de debates ou o que seja, pode ficar mais ou menos acalorado ou menos acalorado, mas a minha origem é o Legislativo e a minha praia é debater; então, eu agradeço o debate, agradeço a presença de todos, acho que isso tudo é muito rico para auxiliar a Secretaria a traçar melhores caminhos e eu vou propor, assim que a gente tenha uma definição, uma resposta da Secretaria de Gestão, um ponto de pauta da Secretaria, apresentar a nova estruturação da Secretaria. Mostrar como a Secretaria passa a funcionar a partir de agosto, com a unificação de produtos e uma nova forma de enxergar o fluxo de funcionamento, licenciamento, parques, o que seja, fiscalização. Acho que mostrar para o CADES como é que a gente pensou e estruturou a Secretaria usando, não mais a legislação municipal, mas usando o modelo CONFEMA. A gente vai ficar dentro do que o mundo inteiro faz,



não do jeito que a gente está fazendo hoje. A gente está adequando a lei, propondo como ponto de pauta assim que a gente tenha o Decreto aprovado pela Comissão de Gestão, antes de publicar, a gente mostrar para o CADES qual o desenho que a gente fez para a Secretaria. Obrigado, bom dia e até a próxima reunião.

RODRIGO RAVENA

Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- CADES

Conselheiros(as) presentes:

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI
ALEXANDRE MACARONI NARDY
ANDRÉA FRANKLIN SILVA VIEIRA
CLARA A. VIEIRA PRATA SILVA
CHARLOTTE TROETSCHER
EDUARDO STOROPOLI
FATIMA CRISTINA FARIA PALMIERI
FRANCISCO GALLEGOS PEREIRA
GEORGE DOI
IVO CARLOS VALENCIO
JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS

JOSÉ ROBERTO HASELMANN PAULO
MAGALI ANTONIA BATISTA
MARCOS MOLITERNO
MARINEIDE SANTOS SILVA
MEIRE FONSECA DE ABREU
PATRICIA MARRA SEPE
RENATE SCHIMITT NOGUEIRA
RICARDO DA SILVA BERNABE
ROSÉLIA MIKIE IKEDA
THOBIAS CORTEZ FURTADO
WALTER PIRES

Conselheiros(as) Suplentes presentes:

DÍLSON FERREIRA / JULIO CÉSAR BESSA MONQUEIRO / LUCIO FLEURY DE OLIVEIRA
BICHARA / MONICA MASUMI HOSAKA.

Conselheiros com Justificativa de Ausência:

BRUNA GADELHA SUYAMA / CLODOALDO GOMES DE ALENCAR JUNIOR / ROSA RAMOS /
VIVIAN MARRANI DE AZEVEDO MARQUES / MARCOS VALÉRIO PEREIRA FERREIRA

Coordenador Geral: Devair Paulo de Andrade

Secretária Executiva: Rute Cremonini de Melo